



ATA NÚMERO 01/2015

1 Aos **vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze**, com início às oito horas e
2 trinta minutos, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se
3 sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas,
4 convocada e presidida pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor,
5 com a participação dos seguintes conselheiros: **Denise Petrucci Gigante**, Vice-Reitora;
6 Antonio Carlos de Freitas Cleff, Pró-Reitor Administrativo; **Evaldo Tavares Krüger**, Pró-
7 Reitor de Infra-Estrutura; **Ediane Sievers Acunha**, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; **Denise**
8 **Marcos Bussoletti**, Pró-Reitora de Extensão e Cultura; **Sérgio Eloir Teixeira Woltter**, Pró-
9 Reitor de Gestão de Pessoas; **Lorena de Almeida Gill**, representando o Pró-Reitor de
10 Graduação; **Luciano Volcan Agostini**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Mario**
11 **Renato de Azevedo Jr.**, Vice-Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Simone Portella**
12 **Teixeira de Mello**, Diretora da Faculdade de Administração e Turismo; **Manoel Luiz Brenner**
13 **de Moraes**, Diretor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Maurício Couto Polidori**,
14 Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da
15 Faculdade de Direito; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação; **Vanda da**
16 **Rosa Jardim**, Diretora da Faculdade de Enfermagem; **Vera Maria Freitas da Silveira**,
17 Diretora da Faculdade de Medicina; **Fabrcio Pereira Harter**, Vice-Diretor da Faculdade de
18 Meteorologia; **Márcia Rubia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Adriana**
19 **Etges**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Gilberto D'Ávila Vargas**, Diretor da Faculdade
20 de Veterinária; **Althen Teixeira Filho**, Diretor do Instituto de Biologia; **Sidney Gonçalves**
21 **Vieira**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **William Silva Barros**, Diretor do Instituto
22 de Física e Matemática; **João Francisco Nascimento Hobbus**, Diretor do Instituto de
23 Filosofia, Sociologia e Política; **Úrsula Rosa da Silva**, Diretora do Centro de Artes; **Rui**
24 **Carlos Zambiasi**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos;
25 **Odir Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Luis Isaías**
26 **Centeno do Amaral**, Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Gilberto Loguércio**
27 **Collares**, representante dos Professores Titulares; **Pedro Rodrigues Curi Hallal**, representante
28 dos Professores Associados; **Paulo Roberto Ferreira Júnior**, representante dos Professores
29 Adjuntos; **Márcia Dresh**, representante dos Professores Adjuntos; **Guilherme C. da Rosa**,
30 suplente do representante dos Professores Assistentes; **Alexandre Emídio Ribeiro Silva**,
31 representante dos Professores Auxiliares; **José Fernando González**, representante dos
32 Professores Auxiliares; **Maximiliano Sérgio Cenci**, suplente do representante dos
33 Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Rodrigo Ferreira Krüger**, representante dos
34 Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Claudio Baptista Carle**, representante dos
35 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Maria da Graça Saraiva Nogueira**, representante
36 dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Michele M. Oliveira**, suplente da representante
37 dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Leonardo da Silva Oliveira**, representante dos
38 Coordenadores de Cursos de Graduação; **José Wilson da Silva**, representante dos
39 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Rogério Würdig**, suplente do representante do
40 COCEPE; **Gicele Costa Minten**, representante do COCEPE; **Fernando Dias das Neves**,
41 representante Comunitário; **Ari Dalvo Rösler Carré**, **Willi Wetzel Jr.**, **Vilson Borba Pinto**;
42 **Liliane Griep**, **João Paulo Voltan Adamoli**, **Gilmara Anderson Timm (suplente)**, **Maria**
43 **Tereza Tavares Fujii e Liliane Griep**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não
44 compareceram os conselheiros: **Luiz Osório Rocha dos Santos**, Pró-Reitor de Planejamento e
45 Desenvolvimento; **Claudio Manoel Cunha Duarte**, Diretor do Centro das Engenharias; **Jabr**
46 **Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Iná da Silva dos**
47 **Santos**, representante dos Professores Titulares; **Jarbas Santos Vieira**, representante dos

AL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2015 – FLS. 2 de 05

48 Professores Associados; **Beatriz Franchini**, representante dos Professores Assistentes; **Luiz**
49 **Carlos Rigo**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Luciano da Silva**
50 **Pinto**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Régia Maria Tavares**
51 **Nogueira**, representante Comunitária; **Mariângela Silveira Bairros**, representante
52 Comunitário; **Representantes Discentes**, por não terem realizado eleições junto ao Diretório
53 Central de Estudantes. O senhor presidente iniciou a reunião saudando os novos conselheiros. O
54 conselheiro Manoel Brenner de Moraes solicitou incluir na pauta assunto referente à FAEM,
55 sobre técnicos administrativos. O conselheiro Alexandre Gastal solicitou votarem a
56 recomposição das Comissões Permanentes do Conselho. Colocada a pauta em votação esta foi
57 aprovada. De pronto passou ao **Item 1: APROVAÇÃO DAS ATAS Nº 08, 10 E 11/2014**. As
58 três atas foram aprovadas com abstenções. **Item 2: INFORMES. 1)** O senhor presidente disse
59 que havia um conjunto grande de atividades na Universidade (Reitoria, Pró-Reitorias,
60 Unidades) mas iria se restringir ao orçamento que havia sido aprovado na semana anterior. Se
61 não fosse aprovado o Governo liberaria 1/18 do custeio. Os reitores fizeram uma movimentação
62 e conseguiram 1/12 do orçamento e até 30 de março a Presidente liberaria o orçamento. Se não
63 fosse feito até esta data, retornaria a liberação de 1/18 para as Instituições Federais. Neste caso
64 as Instituições de Ensino estariam prejudicadas em dar prosseguimento ao Planejamento, por
65 falta de orçamento. Os reitores estavam se reunindo para fazer a proposta de que este
66 procedimento do Governo não causasse impacto nas Universidades Federais. Isto criou
67 expectativas para 2016. Dando sequência à reunião, o senhor presidente passou ao **Item 3 –**
68 **Processo nº 23110.010090/2014-17 – Regimento do Centro de Artes**. O senhor presidente
69 relatou que o Regimento havia passado no COCEPE e a CLN havia solicitado correções na
70 proposta. Feito isto o processo retornou ao CONSUN. Deixou a palavra à conselheira Úrsula
71 Silva, que comentou o trabalho realizado. O conselheiro Odir Dellagostin falou sobre a
72 divulgação no site da UFPel, em relação à composição das Unidades. Colocado em votação o
73 Regimento foi aprovado com cinco (05) abstenções. **Item 4: Processo nº 23110.000519/2015-**
74 **31- Projeto Pedagógico da Residência Médica (Homologação da aprovação “ad referendum” do**
75 **CONSUN)**. O senhor presidente relatou o assunto, explicando a necessidade de ter sido
76 aprovado “ad referendum”, por necessidade de liberação de bolsas pelo MEC. A conselheira
77 Vera falou, complementando a fala do senhor presidente. Colocada em votação a aprovação foi
78 homologada pelo Conselho, com três (03) abstenções. **Item 5: Portaria GR nº 243, de 26 de**
79 **fevereiro de 2015 – Criação do Curso de Cinema de Animação (Homologação da aprovação**
80 **“ad referendum” do CONSUN)**. O senhor presidente relatou que o curso já estava funcionando,
81 mas não havia sido aprovado pelo CONSUN. O conselheiro Guilherme complementou a fala,
82 dizendo que o curso estava com conceito quatro (04), na primeira avaliação. Colocada em
83 votação, a aprovação foi homologada por unanimidade. **Item 6: Trote Universitário na UFPel.**
84 O senhor presidente relatou que este tema estava sendo trabalhado pela Administração, no
85 sentido de cada vez mais saudar os trotes solidários, para incluir os estudantes na Universidade
86 e coibir os trotes vexatórios ou violentos. Relatou que existia uma Lei na cidade de Pelotas que
87 proibia os trotes perigosos. A Administração passou informativo para Diretores de Unidades
88 Acadêmicas sobre esta preocupação, mas infelizmente haviam recebido notícias preocupantes
89 sobre trotes. Houve reunião com Diretores de três Unidades, para que pudessem reunir alunos
90 do terceiro semestre destes cursos citados para reverter esta situação. Disse que havia trazido o
91 assunto ao CONSUN, para que pudessem tratar no âmbito acadêmico as formas de reverterem
92 este tipo de trote. Solicitou constituir uma comissão para construir uma Resolução sobre o
93 tema. O conselheiro Manoel Moraes falou que o assunto merecia verdadeiramente atenção do
94 Conselho. Se manifestou em relação ao memorando recebido do Chefe de Gabinete da UCPel,
95 com um “puxão de orelhas”. Falou dos termos fortes utilizados no documento. No dia doze
96 havia feito reunião informando das consequências dos trotes vexatórios. Divulgado na página o
97 resultado da reunião. A conselheira Vera falou que a Faculdade de Medicina havia recebido o
98 Departamento de Jovens Cientistas Médicos que faz o trote solidário. Disse da preocupação dos
99 pais nos dias de aplicação do trote. Concordava com a necessidade de normatização e punição



100 de pessoas responsáveis. O conselheiro Althen disse que se preocupava com o fato de estarem
101 discutindo este tipo de norma. Deveria ser proibido e ponto final. O conselheiro João Paulo
102 Adamoli disse que não tinha dúvidas de que o trote era uma questão cultural e deveriam mudar
103 esta cultura. Em relação ao ocorrido na frente da UCPel, a UFPel não tinha culpa, por não ter
104 ingerência sobre o que acontece fora dos prédios da Universidade. Existe Lei Municipal e a
105 UCPel deveria recorrer a ela. A conselheira Adriana falou que também havia recebido
106 correspondência da UCPel. Disse que achou o documento pesado. Não deveria acontecer trote
107 e sim o acolhimento nas Unidades de forma organizada. A conselheira Lúcia disse que já havia
108 sido contemplada com as outras falas. O conselheiro Odir disse ser inadmissível a forma como
109 tem sido aplicado o trote. O conselheiro Claudio (ICH) disse que deveria ser criado um sistema
110 interno na Universidade, mas fora dela não existe formas de controle. Proibir sem efeito
111 posterior, não acontece. O conselheiro Alexandre Gastal disse que estava tendo problemas havia
112 diversos anos em relação à UCPel e estava surpreso por não ter recebido correspondência como
113 as outras Unidades. Disse que havia feito reunião com os alunos da Faculdade de Direito e os
114 trotes haviam recuado um pouco, porém este ano havia acontecido novamente. Disse que fez
115 várias formas de divulgação dos documentos coibindo os trotes vexatórios. Disse que durante
116 seus cinco anos de Direção não havia recebido reclamação de alunos ingressantes, apesar de
117 saber que acontecem diversas situações. Via riscos na forma exagerada de proibir. Temia que o
118 excesso da punição, fosse mais traumático do que o próprio trote. A normatização era bem
119 vinda. Deveria ser mais educativa do que punitiva. A conselheira Ediane Acunha disse que
120 entendia o conselheiro Gastal, mas a compreensão do que era agressão estava muito confusa,
121 pois os alunos não se sentiam agredidos ou constrangidos, por ser um rito de passagem. O
122 conselheiro Mauricio Polidori falou que trote carrega em si uma especificidade de preconceito
123 discriminação e o trote deveria ser repellido, mas proibir seria complicado. O Conselho deveria
124 se manifestar em relação ao assunto, mas não proibir. Acreditava ter uma política de acordo
125 com nossa realidade. O conselheiro Luciano Agostini disse que alguns comentários
126 provenientes da discussão era o uso da marca da UFPel sem autorização que acaba denegrindo
127 o nome da Instituição. O conselheiro Luis Isaías via o trote como regramento mais educativo do
128 que punitivo. Era uma atividade cultural de coordenação específica dos alunos. Estranhava o
129 Conselho ter de administrar um processo sobre o qual não tinha nenhuma ingerência e
130 responsabilidade. Deveriam incentivar o DCE a criar práticas educativas. Deveriam proibir o
131 uso de bebida alcoólica. O conselheiro Gilberto Collares juntou-se à palavra dos que o haviam
132 antecedido. Qualquer normativa que fizessem não teria eficácia. Tinham o papel pedagógico de
133 orientar as atividades. Deveriam fazer uma aproximação com a UFPel através de manifestação
134 do CONSUN, sendo solidário à preocupação com os trotes. Não deveriam perder tempo criando
135 normas. O senhor presidente colocou para votação as propostas. Disse que a proibição do trote
136 já havia sido feita pela Administração, através de documento do Gabinete do Reitor. Deveriam
137 regular a proibição. Campanhas educativas estavam sendo feitas através da calourada, mas os
138 trotes agressivos haviam sido constatados. Propostas para votação: 1ª. Não levar o assunto
139 adiante no CONSUN; 2ª. Deveriam regulamentar a aplicação do trote. Propôs votarem se
140 deveriam constituir comissão para estudar a regulamentação e tratar de orientações educativas
141 para a recepção de calouros. O conselheiro William disse que naquele momento não deveriam
142 tratar do assunto, por não ter representação discente e manter a paridade. O senhor presidente
143 lembrou que poderiam votar o assunto e solicitar indicação de nomes pelos discentes, mas não
144 deveriam parar os trabalhos do conselho, por falta desta representação. O conselheiro Sidney
145 disse que pela legislação e demais documentos já estava tipificada a conduta desejada pelos
146 aplicadores de trote. O conselheiro Althen disse que concordava com o conselheiro Sidney. O
147 senhor presidente disse que seria interessante a constituição de comissão que estudasse a
148 normatização. Colocou em votação a criação da comissão. Favoráveis à comissão: quinze (15)
149 votos; desfavoráveis à comissão: vinte e cinco (25) votos. Abstenções: uma (01). Ficou
150 deliberado que iriam iniciar um diálogo entre as duas Instituições e continuar com as
151 campanhas entre Pró-Reitorias e Unidades Acadêmicas. **Item 7: Plano de Cultura – Edital Mais**

57.

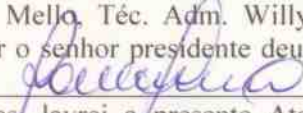


152 Cultura nas Universidades. O senhor presidente disse que se tratava de proposta da
153 Coordenação de Extensão e Cultura. A conselheira Denise Bussoletti relatou o tema ao
154 plenário. Disse que o Programa Mais Cultura nas Universidades, havia sido chancelado pelos
155 Ministérios da Cultura (MinC) e da Educação (MEC). O programa, que visa ampliar o papel
156 das universidades federais na difusão e preservação da cultura brasileira, iria apoiar projetos
157 que estimulassem o aproveitamento dos equipamentos culturais dessas instituições, como
158 museus, cinemas e teatros, disponibilizando um total de até R\$ 1,5 milhão para cada instituição.
159 Disse que entre os objetivos do Programa também estava a ampliação do uso das instituições de
160 ensino público como espaço de produção e circulação da cultura, acesso aos bens culturais e de
161 respeito à diversidade e pluralidade da cultura brasileira. O lançamento do edital interno da
162 UFPel havia sido antecedido de reunião, ocorrida às 10h, no auditório da Reitoria, entre
163 membros da PREC e a Direção do Centro de Artes. Na oportunidade, a pró-reitora Denise
164 Bussoletti havia destacado que, além do aporte de recursos, o edital contribuiria para o
165 amadurecimento das discussões em torno das iniciativas voltadas à área cultural. Citou ainda o
166 processo de internacionalização dos pontos de cultura, observando que a UFPel é a
167 Universidade do sul do Brasil que tem a responsabilidade pelas articulações nas zonas de
168 fronteira. Pelo edital da UFPel, qualquer professor com vínculo permanente na instituição
169 poderia submeter proposta. Cada professor só teria possibilidade de submeter uma proposta
170 como responsável, no entanto, poderia participar como membro de equipe de outras propostas
171 submetidas. As propostas deveriam contemplar pelo menos um dos oito eixos temáticos e no
172 mínimo uma das linhas do Edital Nacional e justificar as escolhas. A proposta deveria
173 especificar o orçamento, que não deveria ultrapassar 200 mil reais. O teto estipulado para o
174 total das propostas selecionadas foi de 800 mil reais e o restante do orçamento seria
175 destinado para o projeto de implantação do auditório da UFPel como parte estratégica do
176 desenvolvimento do Plano de Cultura da UFPel. O prazo para inscrições foi de 8 de dezembro
177 de 2014 a 9 de janeiro de 2015, estando a divulgação do resultado definitivo efetivado no dia 27
178 de janeiro. Colocada em votação a aprovação “ad referendum” esta foi homologada, com uma
179 (01) abstenção. **Item 8: Concessão de Títulos Honoríficos:** Processo nº 23110.004511/2010-
180 39; Processo nº 23110.004513/2010-28; Processo nº 23110.00 4550/2010-36; Processo nº
181 223110.00044/2008-98; Processo nº 23110.006620/2009-57; Processo nº 23110.004531/2010-
182 18; Processo nº 23110.004549/2010-10; Processo nº 23110.004532/2010-54; Processo nº
183 23110.004510/2010-94; Processo nº 23110.004512/2010-83; Processo nº 23110.004457/2008-
184 15; Processo nº 23110.006487/2008-58 e Processo nº 23110.005306/2010-91. O senhor
185 presidente disse que para este conjunto de propostas de concessão de títulos honoríficos havia
186 sido criada uma comissão, composta em 2010, para analisar os processos das propostas que não
187 haviam sido analisadas. Consultou o Conselho no sentido da pertinência de comporem nova
188 comissão, para trazer o trabalho na próxima reunião do CONSUN. Solicitou indicação de
189 nomes. A conselheira Úrsula sugeriu remeter os processos aos propositores. O conselheiro
190 Pedro sugeriu criar a comissão e esta remeteria os processos às Unidades. Finalmente foram
191 indicados os seguintes nomes: Prof. William da Silva Barros (presidente), Prof.ª Úrsula Rosa da
192 Silva, Técnico Willy Wetzel Jr., Técnico João Paulo Adamoli e dois (02) representantes
193 discentes (Secretaria dos Conselhos solicitaria ao DCE a indicação dos nomes). Foi dado um
194 prazo de sessenta (60) dias para a Comissão apresentar resultado ao Conselho. Colocada em
195 votação, a Comissão foi aprovada por unanimidade. **Item 9: Processo nº 23110.007349/2014-**
196 **34 – Normas de Regulamentação do Relacionamento entre a UFPel e suas Fundações de Apoio.**
197 O senhor presidente explicou que a proposta seria votada na íntegra, com destaques. A
198 conselheira Denise Gigante apresentou a proposta, ressaltando os destaques enviados pelos
199 conselheiros. Alterado o Art. 14, § 3º e § 4º. Ficou estabelecido, por unanimidade, que o Edital
200 definiria critérios de seleção. Para o § 6º, foram sugeridas duas propostas: 1ª – ser mantida a
201 proposta original e 2ª – haver restrição. Em regime de votação, a 2ª proposta foi aprovada. A
202 redação ficou da seguinte forma: “Aos servidores ocupantes de cargo de comissão é facultada a
203 concessão de bolsa, desde que previamente justificada e aprovada pelo COCEPE”. Redação

51



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 01/2015 – FLS. 5 de 05

204 colocada em votação e aprovada com duas (02) abstenções. Para o Art. 15 foi aprovada a
205 redação original. No Art. 16 foi aprovada a inclusão do sítio da UFPel. A seguir foram relatados
206 os destaques dos Anexos: No valor de bolsas a ser pago houve supressão do título (por servidor
207 e aluno da UFPel). Ficou apenas o valor da bolsa. Bolsa de graduação: decisão entre utilização
208 da Bolsa PDIC (R\$ 1.50,00) ou utilização da Bolsa de Mestrado. Foram apresentadas três
209 propostas: 1ª – manter o valor original; 2ª – Bolsa de R\$ 1.100,00 e 3ª – Bolsa até R\$ 1.500,00
210 (mas não acumular outra bolsa – deverá ser acrescentado no final da tabela). Em regime de
211 votação, foi aprovada a terceira proposta. Deveria ser excluída a terceira coluna. Na coluna I –
212 p/ UFPel (até 20 h); coluna II – p/ externo (até 40 h). As alterações do anexo foram aprovadas
213 por unanimidade. Finalmente a Resolução, colocada em regime de votação final, foi aprovada
214 por unanimidade. **Item 10:** O conselheiro Manoel Brenner de Moraes falou sobre a situação do
215 quadro de funcionários da Faculdade de Agronomia, que contava com apenas oito (08)
216 funcionários para atender dezoito (18) Secretarias, após demissões de servidores da FAU a
217 aposentadorias de servidores efetivos. Falou do descaso completo à FAEM, em caso de
218 documentos protocolados junto ao Gabinete do Reitor, sem resposta. A FAEM estava sendo
219 truncada por falta de funcionários e respostas às solicitações protocoladas há quatro meses. A
220 conselheira Adriana Etges disse ser bem conveniente a colocação deste assunto de funcionários.
221 Relatou problemas vividos em sua Unidade. A demissão de quatorze (14) funcionários
222 contratados pela FAU iria impossibilitar o trabalho na Faculdade de Odontologia. Perguntou
223 como iriam solucionar o problema como Instituição. O senhor presidente respondeu que
224 agendaria imediatamente uma audiência com a Direção da FAEM. O Pró-Reitor de Gestão de
225 Pessoas complementou a explicação do senhor presidente, dizendo que as contratações atuais
226 eram ilegais e deveriam ser extintas. Relatou que havia sido oferecidas cento e quarenta (140)
227 vagas e receberíamos apenas doze (12). Na última informação foi definido que teríamos apenas
228 vinte e nove (29) técnicos. Sugeriu aglutinar Secretarias provisoriamente. Falou da visita
229 técnica que fariam à UFParaná para troca de informações sobre ferramenta para cálculo de
230 necessidade de técnicos a ser apresentada ao MEC. **Item 11: Recomposição das Comissões**
231 **Permanentes do CONSUN.** Foram sugeridos os seguintes nomes: Comissão de Legislação e
232 Normas (CLN) – Prof. Alexandre Fernandes Gastal, Técnico-Administrativo João Paulo
233 Volcan Adamoli e Acadêmico a ser indicado. Comissão de Administração e Finanças (CAF) –
234 Prof.ª Simone Portella Teixeira de Mello, Téc. Adm. Willy Wetzel Jr. e Acadêmico a ser
235 indicado. Sem mais assuntos a tratar o senhor presidente deu por encerrada a reunião às doze
236 horas e cinquenta minutos e eu  Roseméri Gomes Gonçalves,
237 Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada foi
238 igualmente assinada pelo senhor presidente. 